

III Congresso Brasileiro da Magistratura e do Ministério Público para o Meio Ambiente

Proteção ambiental: A Missão Garantidora do Poder Judiciário e do Ministério Público

Tutela Judicial Adequada e a Questão da Competência – óbices ao julgamento das demandas relacionadas ao rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana



Desembargador Afrânio Vilela
1º Vice-Presidente

MINAS GERAIS TEM HOJE :

698 BARRAGENS

22 SEM ESTABILIDADE GARANTIDA*

02 ROMPIDAS

Relatório da FEAM de 2017, na qual a barragem do Córrego do Feijão constava como estável*.

REPERCUSSÃO NO ACERVO DE PROCESSOS DO TJMG

Rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, em 05.11.2015

PRIMEIRA INSTÂNCIA: 80.351 demandas ajuizadas
SEGUNDA INSTÂNCIA: 3.107 recursos e feitos originários

1ª instância	2ª instância	Juizados Cíveis
<p>Ações coletivas: 77</p> <p>Ações individuais: 10.313</p> <p>Julgadas: 760</p> <p>Ações individuais sobrestadas aguardando IRDR: 652</p>	<p><u>CLASSES ORIGINÁRIAS</u> Agravos instrumentos cíveis: 833 Conflito competência: 305 Correção parcial/reclamação correcional: 67 HC criminal: 01 Incidente de suspeição: 26 IRDR: 01 Mandado de Segurança: 02 Pedido Efeito Susp. em Apelação e REsp e RE: 10 Reclamação: 449 Suspensão de liminar ou antec. tutela: 08</p> <p><u>RECURSOS DE 1ª INSTÂNCIA</u> Apelação cível e/ou remessa: 737</p> <p><u>RECURSOS INTERNOS</u> Agravos internos: 188 Embargos declaração: 280</p> <p><u>RECURSOS P/ TRIBUNAIS SUPERIORES</u> Agravos em REsp: 24 Recurso Especial: 62 Recurso Extraordinário: 19 Recurso Ordinário: 01</p>	<p>Ações ajuizadas: 69.961</p> <p>Ações julgadas: 18.008</p> <p>Ações individuais sobrestadas (IRDR): 42.556</p> 

REPERCUSSÃO NO ACERVO DE PROCESSOS DO TJMG
Rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, 25.01.2019

PRIMEIRA INSTÂNCIA: 745 demandas ajuizadas
SEGUNDA INSTÂNCIA: 58 recursos e feitos originários

1ª instância	2ª instância	Juizados Cíveis
Ações coletivas: 22 Ações individuais: 480	<u>CLASSES ORIGINÁRIAS</u> Agravo instrumento cível: 28 Habeas corpus criminal: 11 Mandado de Segurança: 01 <u>RECURSOS INTERNOS</u> Agravo interno: 09 Embargos declaração: 02 <u>RECURSOS P/ TRIBUNAIS SUPERIORES</u> Recurso Ordinário: 07	Ações ajuizadas: 185 Audiências de conciliação designadas pelo CEJUSC: 26



COMPETÊNCIA PARA JULGAR OS FEITOS ORIGINADOS DA TRAGÉDIA DE MARIANA

JUSTIÇA ESTADUAL

e

JUSTIÇA FEDERAL

Art. 109. CR/88. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; (grifei)

Súmula 150 do STJ: “Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.” DJe 13/02/96

Súmula 489 do STJ: “Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual.” DJe 01/08/2012

“Art. 45. NCPC. Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações:

[...]

§ 1º OS AUTOS NÃO SERÃO REMETIDOS SE HOUVER PEDIDO CUJA APRECIACÃO SEJA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO PERANTE O QUAL FOI PROPOSTA A AÇÃO.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o juiz, ao não admitir a cumulação de pedidos em razão da incompetência para apreciar qualquer deles, não examinará o mérito daquele em que exista interesse da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas.

[...]”

Dispõem os artigos 45, §§ 1º e 2º do NCPC, *litteris*:

“Art. 45. Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações:

[...]

§ 1º OS AUTOS NÃO SERÃO REMETIDOS SE HOUVER PEDIDO CUJA APRECIACÃO SEJA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO PERANTE O QUAL FOI PROPOSTA A AÇÃO.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o juiz, ao não admitir a cumulação de pedidos em razão da incompetência para apreciar qualquer deles, não examinará o mérito daquele em que exista interesse da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas.

§ 3º O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

[...]”

CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUBMETIDO A JULGAMENTO NA 1ª SEÇÃO DO STJ

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AFORADAS NO JUÍZO ESTADUAL E NA JUSTIÇA FEDERAL DE GOVERNADOR VALADARES/MG. ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG. **FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL. DANOS SOCIOAMBIENTAIS. RIO DOCE. BEM PÚBLICO PERTENCENTE À UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.** FORO COMPETENTE. SITUAÇÃO DE MULTICONFLITUOSIDADE. IMPACTOS REGIONAIS E NACIONAL. CONEXÃO ENTRE AS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS OBJETO DO CONFLITO E OUTRAS QUE TRAMITAM NA 12ª VARA FEDERAL DE BELO HORIZONTE/MG. PREVENÇÃO. APLICAÇÃO DA REGRA ESTABELECIDA NA LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

1. Conflito de competência suscitado pela empresa Samarco Mineração S.A. em decorrência da tramitação de ações civis públicas aforadas na Justiça Estadual e na Justiça Federal de Governador Valadares/MG, **com o objetivo de determinar a distribuição de água mineral à população valadarense, em virtude da poluição do Rio Doce ocasionada com o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.**

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS NA JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL DE GOVERNADOR VALADARES/MG.

2. Conexão entre as ações civis públicas objeto do presente conflito, uma vez que em ambas se pretende suprir a população valadarense com a distribuição de água potável, além de determinar o monitoramento da água do Rio Doce na localidade.

3. Existentes decisões conflitantes relativas à mesma causa de pedir e mesmo pedido, já proferidas na Justiça Estadual e na Justiça Federal de Governador Valadares/MG, mostra-se imperioso o julgamento conjunto das ações, para que se obtenha uniformidade e coerência na prestação jurisdicional, corolário da segurança jurídica. Precedentes.

4. A competência cível da Justiça Federal é definida *ratione personae*, sendo, pois de caráter absoluto.

5. Nos termos da Súmula 150/STJ, "competete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".

6. Interesse da União na causa, na medida em que toda a questão perpassa pela degradação de bem público federal, qual seja, o Rio Doce, e suas consequências sociais e ambientais, além de que o acidente decorreu da exploração de atividade minerária, cuja outorga cabe à União.

7. A Justiça Federal é, pois, competente para conhecer e julgar demandas relacionadas aos impactos ambientais ocorridos e aos que ainda venham a ocorrer sobre o ecossistema do Rio Doce, sua foz e sobre a área costeira.

8. Reconhecida a competência da Justiça Federal para o processamento das ações civis públicas referidas no presente conflito, cabe definir o foro competente para o seu julgamento.

[...]"

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do **RE 1.159.245/MG**, rel. Min. Cármen Lúcia, interposto pelo MPE contra decisão que declinou da competência da Justiça Estadual, **manteve a competência da Justiça Federal para determinar se havia interesse da União** - ACP n. 0040043-83.2016.8.13.0000.

Partes: MPE x Samarco x SAAE
/ Objeto: Obrigação de fazer
apresentação plano de
gerenciamento de resíduos
sólidos das ETAs, de modo a
evitar dano ou riscos à saúde
pública.

**União
manifes-
tou
interes-
se na
causa**

**MPE
interpôs
RE**

Decisão:
**Compete à Justiça Federal
determinar se, no caso
concreto, há ou não, interesse
da União na causa.**

**Correto! A
competência da JF
para determinar
se há interesse
União na causa
não se discute.**

**O questionamento é:
Qual o interesse jurídico da
União e/ou seus entes serem
parte em ação que discute
plano de gerenciamento de
resíduos sólidos das ETA's?**

**Trata-se de uma questão local,
relativa à qualidade da água e
gerenciamento dos resíduos
sólidos provenientes da lama.
NÃO HÁ INTERESSE DA UNIÃO E
SEUS ENTES NA LIDE**



TJMG

Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

Manutenção dos fundamentos do CC nº 144.922/MG implicará:

Remessa das 80.351
ações ajuizadas na
Justiça Estadual
ref. à tragédia de
Mariana a 12ª Vara
Federal

Remessa das 745 ações
ajuizadas na Justiça
Estadual ref. à
Brumadinho
ao juízo federal

Remessa de todas as
ações preventivas, ref.
ao possível
rompimento
de OUTRAS
BARRAGENS à Justiça
Federal

As **43.208** ações de
indenização pela
interrupção
fornecimento de água,
sobrestadas por força do
IRDR, com tese fixada.

Conflito de Competência
CC n. 164.362/MG entre JF Campinas-SP e a JF MG (17ª VF).
Qual o sentido de se reconhecer a competência da V. Federal de Campinas, que dista de Brumadinho 540 km, enquanto a Capital do Estado do desastre está a 60km do local do dano?

O conflito foi decidido no STJ no último dia 13, tendo o e. ministro Herman Benjamin destacado que embora pela regra geral o julgamento das ações populares ser o local do domicílio do autor, no caso de Brumadinho, necessário o *distinguishing*, haja vista as peculiaridades do caso, devendo o julgamento ocorrer nos termos da eficiência e da eficácia.

**FUNDAMENTOS DO CC nº 144.922/MG NÃO SUBSISTEM PARA TODO O
UNIVERSO DE AÇÕES DE MARIANA, BRUMADINHO E DAS
DEMAIS RELATIVAS A BARRAGENS:**

As ações têm como causa o rompimento de barragem de mineração (causa de pedir remota) e uma das consequências a poluição do Rio Doce.

Mas a grande maioria das demandas, para resolução, não tangencia discussão sobre a outorga de concessão para exploração minerária ou ações voltadas à despoluição do Rio Doce

**Portanto, seria DESNECESSÁRIA
a presença da União
e/ou entes federais neste tipo de lide.**

O que afastaria a competência da JUSTIÇA
FEDERAL,
que é *ratione personae*.

São lides em que se pretende, p.ex:

- a) reparação danos em virtude de interrupção do fornecimento de água;
- b) reconstrução de povoados, de bens públicos destruídos ;
- c) reparação de bens tombados;
- d) assistência básica aos moradores atingidos pelo rompimento;
- e) obrigação de não depositar os rejeitos retirados do Rio Gualaxo do Norte (rio estadual) em Área de Preservação Permanente;
- f) obrigação de pagar aluguel para moradores desalojados.

**MOTIVOS PARA REVISÃO DO POSICIONAMENTO
EXTERNADO NO CONFLITO:**

**Análise da competência à luz do inc. I, do art. 109, da CR/88
c/c os §§ 1º e 2º do art. 45 do CPC/16**

**JUSTIÇA
ESTADUAL**

Pedido simples
de fornecimento
de água ou
indenização
por sua
interrupção

Pedido de monitora-
mento e despoluição Rio
Doce e reparação danos
ao meio ambiente

**JUSTIÇA
FEDERAL**

